



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

MUNICÍPIO DE NOVA BASSANO

Publicado em 19/11/19
Através da *[assinatura]*
Secretaria Municipal da Administração

LEI MUNICIPAL Nº 3.121, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2019.

**Altera dispositivos da Lei Municipal nº 3.111, de
24 de setembro de 2019, que Aprova o Loteamento
Boccalon, e dá outras providências.**

IVALDO DALLA COSTA, Prefeito Municipal de Nova Bassano, Estado do Rio Grande do Sul, no uso de duas atribuições legais,

FAÇO SABER que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte
LEI:

Art. 1º. Altera a redação do art. 1º da Lei Municipal nº 3.111, de 24 de setembro de 2019, que Aprova o Loteamento Boccalon, que passa a ter a redação a seguir:

Art. 1º. [...]

§ 1º Fica dispensada a reserva de área pública de qualquer espécie (espaço livre de uso público e/ou área de uso institucional) conforme prevê o art.10 da Lei Municipal nº 1.892/2006, alterada pela Lei Municipal nº 2.755/2015.

§ 2º Autoriza a receber, em caráter especial os Lotes nº 02 da Quadra "C" (possuindo área superficial menor de 360,00 m²) e os de nº 05 e 10, da Quadra "C" (com testada inferior a 12,00m), conforme prevê o art. 5º, § 3º, da Lei Municipal nº 1.892/2006, alterada pela Lei Municipal nº 2.755/2015.

Art. 2º. As demais disposições da Lei Municipal nº 3.111, de 24 de setembro de 2019, permanecem inalteradas.

Art. 3º - Fica revogada a Lei Municipal nº 3.116, de 29 de outubro de 2019.

Art. 4º. Esta Lei Municipal entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA BASSANO, RS, aos 19 dias do mês de novembro de 2019.

IVALDO DALLA COSTA

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se

[assinatura]
Leda Maria Rayanello

Secretária Municipal da Administração

Rua Silva Jardim, 505 – Centro – Nova Bassano – RS – 95340-000

Fone/Fax: (54) 3273-1649

www.novabassano.rs.gov.br



GOBIERNO REGIONAL DE VALPARAISO

Donde se declara que el presente es un documento
que se encuentra en el archivo de la
Comisión de la Verdad y la Reconciliación

GOBIERNO REGIONAL DE VALPARAISO
Donde se declara que el presente es un documento

que se encuentra en el archivo de la
Comisión de la Verdad y la Reconciliación

GOBIERNO REGIONAL DE VALPARAISO
Donde se declara que el presente es un documento
que se encuentra en el archivo de la
Comisión de la Verdad y la Reconciliación

GOBIERNO REGIONAL DE VALPARAISO
Donde se declara que el presente es un documento

GOBIERNO REGIONAL DE VALPARAISO
Donde se declara que el presente es un documento

GOBIERNO REGIONAL DE VALPARAISO
Donde se declara que el presente es un documento

GOBIERNO REGIONAL DE VALPARAISO
Donde se declara que el presente es un documento

GOBIERNO REGIONAL DE VALPARAISO
Donde se declara que el presente es un documento

GOBIERNO REGIONAL DE VALPARAISO
Donde se declara que el presente es un documento

GOBIERNO REGIONAL DE VALPARAISO
Donde se declara que el presente es un documento



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

MUNICÍPIO DE NOVA BASSANO

Publicado em 19/11/19
Ativado de [assinatura]
Secretaria Municipal da Administração

Mensagem nº 55/2019

Nova Bassano, 30 de outubro de 2019.

Senhor Presidente,

Nobres Vereadores:

Encaminhamos para apreciação e votação dessa colenda Câmara de Vereadores, o apenso Projeto de Lei que **“Altera dispositivos da Lei Municipal nº 3.111/2019, que Aprova o Loteamento Baccalon”**.

A alteração da Lei Municipal supracitada tem por objetivo acrescentar dois parágrafos no artigo 3º da Lei Municipal nº 3.111, de 24 de setembro de 2019, conforme abaixo especificados:

- O Parágrafo Primeiro trata da reserva de área pública, na hipótese de não ser possível a regularização fundiária e/ou urbanística prevista no art. 10 da Lei Municipal nº 1.892, de 29 de dezembro de 2006.

- O Parágrafo Segundo Autoriza a receber em caráter especial os Lotes 02, 05 e 10 da Quadra “C” do referido Loteamento, conforme prevê o art. 5º, § 3º, da Lei Municipal nº 1.892/2006.

Trata-se de situação ocupacional consolidada pelo More Legal, sendo formalidade do Registro de Imóveis, cujas alterações estão referidas na Ata nº 02/2015, do Conselho Municipal do Plano Diretor.

Anexas a este Projeto de Lei encontram-se a Lei Municipal nº 1.892/2006 e a Ata nº 02/2015 do Conselho Municipal acima citado (com as alterações devidamente grifadas)

Senhores Vereadores, estas são as razões pelas quais enviamos o Projeto de Lei em pauta, aguardando aprovação do mesmo quando for apreciado e votado.

Atenciosamente,

IVALDO DALLA COSTA
Prefeito Municipal



MUNICÍPIO DE NOVA BASSANO
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL



Nova Bassano

ATA Nº 02/2015

Aos vinte e seis dias do mês de novembro do ano de dois mil e quinze, reuniram-se os membros do Conselho do Plano Diretor de Nova Bassano/RS, numa dependência do Centro Administrativo Municipal, para tratar de assuntos relativos ao Plano Diretor Urbano. Iniciou-se a reunião com os agradecimentos do Sr. Prefeito Municipal, aos novos membros e aos que continuam na composição do Conselho, dedicando-se com sua disposição e seu tempo, e logo após foram apresentados os assuntos que fazem parte da reunião.

- 1º) Solicitação de Espólio de José Antonio Boccalon, sob protocolo nº 10/19 - Lv. 5, de 19/11/2015, para aprovação de regularização do Loteamento Boccalon, localizado na Rua das Camélias, através do More Legal IV, possuindo área superficial de 17.539,74m². ~~Solista ainda dispensa da reserva de 5% de área de uso institucional e os 10% de área verde, uma vez que os lotes estão todos compromissados, o proprietário é falecido, e a área situa-se em ruas já pavimentadas. Para a regularização de tal loteamento será ainda necessário aceitar a sua situação consolidada, inclusive com o lote nº 02 da Quadra C possuindo área superficial menor de 360,00m² e outros dois lotes com testada inferior a 12,00m, sendo os lotes nº 05 e 10, da Quadra C. Diante dos fatos apresentados, e em razão pela qual o Município busca a regularização de loteamentos executados de forma irregular e/ou clandestinamente, o Conselho aprova a Regularização do Loteamento Boccalon, uma vez que todos os lotes encontram-se servidos de toda a infraestrutura urbana e o mesmo apresenta situação ocupacional irreversivelmente consolidada;~~
- 2º) Solicitação de Alide Tomasoni Silvestri, sob protocolo nº 3/19 - Lv. 5, de 18/11/2015, para Fracionamento do imóvel de sua propriedade localizado na Rua Pinheiro Machado, conforme croqui apresentado, sendo que uma das áreas resultará com testada inferior a 12,00m. Foi explicada a situação do imóvel ressaltando que os imóveis resultantes do fracionamento já se encontram em propriedade de terceiros conforme contratos e que quando do Contrato de Compra e Venda o traçado viário do Plano Diretor possuía configuração diferente da atual, onde parte do imóvel seria atingido por uma rua central, destinado ao Mercado Público, fazendo com que o imóvel possuísse frente para outra rua. Hoje essa situação não se manteve e o imóvel remanescente ficou sem testada suficiente para a rua, e as requerentes solicitam em ter seu imóvel livre de relação condominial com a área comprometida a José Luiz Albara. Foi explanada a situação ao Conselho inclusive com a apresentação do traçado antigo do Plano Diretor, na qual existia a projeção de uma rua na quadra e a situação compromissada tendo em vista que a via entre a Rua Pinheiro Machado e Avenida 23 de Maio não foi implantada e para que o imóvel não permaneça em condomínio com outro, o conselho aprovou tal situação e a mesma deverá ser submetida à lei específica para aceitação do fracionamento;
- 3º) Reapresentação do Loteamento Monte Grappa III para aprovação, sob protocolo nº 10/13, Lv - 5, de 06/11/2015, com a retirada de parte da Rua A, entre as Quadras A e B. O conselho reviu novamente a situação, porém tal solicitação não veio com justificativa plausível e nem com o solicitado na Ata nº 01/2015. Houve muita discussão em relação ao assunto e os conselheiros ainda mantêm a sua colocação que a Rua A deverá ter sua continuidade, entre as quadras A e B. Portanto não aprovam o loteamento da maneira apresentada;

[Handwritten signatures and initials at the bottom of the page]



MUNICÍPIO DE NOVA BASSANO
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Protocolo em 19 / 11 / 19
Assinado da *Luciana*
Secretaria Municipal da Administração



4º) Solicitação de Ivaldo Comunello Eireli, sob protocolo nº 2/15, Lv.5, de 10/11/2015, para aprovação do Anteprojeto do Loteamento Alphaville, composto de 73 lotes, localizado na com frente para a Rua Itália, conforme projeto apresentado. Foi exposto para aprovação do Conselho e o mesmo deverá ser revisto, pois possui quadras com extensão superior a 150,00m;

5º) Solicitação de Xavier Incorporadora de Imóveis Ltda ME., sob protocolo nº 1/00, Lv.4, de 21/09/2015, para aprovação do anteprojeto do Loteamento Santo Antônio, composto de 52 lotes, localizado com frente para a Rua Vereador Aldo Mazzotti, conforme projeto apresentado. Foi explanado também, que anteriormente à apresentação do projeto, foi ajustado com o engenheiro responsável o acesso ao loteamento, onde o mesmo se dá por uma rua na qual teve sua pista de rolamento estreitada e de forma sinuosa, para manter o máximo de cabriúvas que ali se encontram. Houve também a dúvida com relação à antena de transmissão existente sobre o lote nº 01 da quadra A. Os conselheiros ouviram atentamente e aprovaram o Loteamento, porém deverá ser solicitado ao proprietário a devida licença ambiental sobre a antena de transmissão de acordo com as normas da ANATEL, além de laudo estrutural da antena;

6º) Solicitação de moradores e proprietários de imóveis localizados com frente para a Rua Itália, sob protocolo nº 1/15, Lv. 5, de 10/11/15, na qual requerem que seja alterado o zoneamento da rua passando de residencial para comercial, justificando que por ser uma rua paralela à rodovia tem característica comercial, voltada à prestação de serviços facilitado por essa proximidade. Os conselheiros analisaram, e também opinaram concordando, na qual própria rodovia cria um eixo comercial e de prestação de serviços na qual naturalmente vem se consolidando com o passar do tempo, além de descentralizar e reduzir o trânsito da cidade. Então os conselheiros aprovaram tal solicitação passando a Rua Itália para zoneamento comercial;

7º) Solicitação de Empresa Donadello e Zanella Escola de Idiomas Ltda (Wizard), sob protocolo nº 9/8, Lv. 5, da 21/10/15, para instalação de totem publicitário no passeio público da Rua Pinheiro Machado, em frente ao seu estabelecimento, pois no local determinado pela municipalidade, não foi aceito pelo proprietário do prédio. Então a nova localização seria em frente ao ponto de taxis na rodoviária. O conselho não aceitou o local e foi sugerido que os técnicos da Sec. De Obras delimitassem um novo local, que tenha o consentimento do proprietário, e que o mesmo não prejudique o trânsito de pedestres;

8º) Finalmente foi explanado para o Conselho que o Município poderia ter uma lei específica para regularização de construções, onde pudesse aplicar multa sobre a área construída excedente. Tal princípio já vem sendo adotado em outros municípios e é uma forma de regularizar o que não tem embasamento legal. Os conselheiros acataram tal aplicação, e solicitaram que seja verificado nesses municípios o que vem sendo aplicado para poder então legislar.

Nada mais havendo a constar, lavrou-se a presente ata que vai assinada pelos presentes: Prefeito Municipal Darcilo Luiz Pauletto, Firléia Guadagnin Radin, Sgto. Milton de Oliveira, Luciano Roncato, Dr. Selvino Coltro, Avelino Dall'Agnol, Carlos Defendi, Leandro Milani Truccolo, Arq. Lisiane Matiello Tarasconi, Eng. Civil Sérgio Massolini Júnior, Arq. Lucas Motter Alberti.

Assinada da Secretaria

Milton de Oliveira

Luciana

João Paulo

Luciana

Luciana

Luciana

PROJETO DE LEI Nº 1.234, DE 1991

Art. 1º - O presente projeto de lei tem por objeto a criação de uma comissão de estudos para a elaboração de um plano de desenvolvimento econômico e social para o Estado de São Paulo, a ser apresentado ao Poder Legislativo do Estado de São Paulo, no prazo de 180 dias, contados a partir da publicação desta lei.

Art. 2º - A comissão de estudos será composta por membros nomeados pelo Poder Executivo do Estado de São Paulo, de acordo com o disposto no art. 1º, e terá como objetivo principal a elaboração de um plano de desenvolvimento econômico e social para o Estado de São Paulo, a ser apresentado ao Poder Legislativo do Estado de São Paulo, no prazo de 180 dias, contados a partir da publicação desta lei.

Art. 3º - A comissão de estudos será presidida por um dos membros nomeados pelo Poder Executivo do Estado de São Paulo, e terá como membros titulares os demais membros nomeados pelo Poder Executivo do Estado de São Paulo, e como membros suplentes os membros nomeados pelo Poder Legislativo do Estado de São Paulo.

Art. 4º - A comissão de estudos será instalada no prazo de 30 dias, contados a partir da publicação desta lei, e terá como primeira reunião a de instalação, a ser convocada pelo Presidente da Comissão.

Art. 5º - A comissão de estudos será responsável por elaborar o plano de desenvolvimento econômico e social para o Estado de São Paulo, a ser apresentado ao Poder Legislativo do Estado de São Paulo, no prazo de 180 dias, contados a partir da publicação desta lei.

Art. 6º - O plano de desenvolvimento econômico e social para o Estado de São Paulo, elaborado pela comissão de estudos, será encaminhado ao Poder Legislativo do Estado de São Paulo, para ser apreciado e aprovado.

Assinado em 1991

Assinado em 1991

Assinado em 1991

Assinado em 1991



PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BASSANO
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

29 de dezembro de 2006
Assinatura: [assinatura]
P[ro]f. [assinatura]

LEI MUNICIPAL Nº 1.892, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2006

Dispõe sobre a regularização de parcelamentos do solo urbano, realizados irregular ou clandestinamente, e dá outras providências.

NELSON JOSÉ DALL'IGNA, Prefeito Municipal de Nova Bassano, Estado do Rio Grande do Sul, no uso de suas atribuições legais,

FAÇO SABER que a Câmara de vereadores aprovou com Emenda Modificativa e eu sanciono e promulgo a seguinte **L E I**:

Art. 1º. Fica autorizado o Poder Executivo Municipal a promover a regularização, nos termos desta Lei, dos parcelamentos do solo na zona urbana do Município, implantados irregular ou clandestinamente em desacordo com os preceitos da Lei Municipal nº 384, de 28 de dezembro de 1982, e demais normas urbanísticas vigentes.

Art. 2º. Para os fins desta Lei, considera-se:

I - irregulares, os parcelamentos que obtiveram aprovação municipal do respectivo plano, mas foram implantados em desconformidade com o ato de aprovação ou disposições legais incidentes e que não tenham sido registrados no competente ofício imobiliário;

II - clandestinos, os parcelamentos do solo realizados sem aprovação municipal dos respectivos planos;

III - parcelamento do solo, todas as formas de subdivisão de gleba ou lote, por quaisquer das modalidades previstas na Lei Municipal nº 384, de 28 de dezembro de 1982;

IV - loteamento, a subdivisão de gleba em que tenham sido abertas vias de comunicação ou ervadas áreas para esse fim, ou em que sua abertura devia ocorrer pela projeção do traçado viário oficial da cidade ou de vila.

Art. 3º. A regularização considerará os aspectos urbanísticos e fundiários.

Parágrafo Único. Para os fins deste artigo, entende-se por regularização:

I - urbanística, o cumprimento das normas vigentes quanto a obras e serviços de infraestrutura urbana, em especial, a abertura das ruas, implantação do meio-fio e dos equipamentos urbanos de abastecimento de água, energia elétrica, esgoto e iluminação pública;

II - fundiária, a instrução documental que permita o registro imobiliário do parcelamento e possibilite o registro dos lotes ou terrenos em nome dos adquirentes ou seus sucessores, nos termos do Provimento nº 28, de 2004, da Corregedoria Geral da Justiça do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 4º. O Poder Executivo poderá promover a regularização urbanística e fundiária conjuntamente, ou em etapas distintas, dando preferência à fundiária.

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL



LEI Nº 10.123, DE 15 DE ABRIL DE 1991

Dispõe sobre a criação do cargo de Assessor Técnico e a sua atribuição.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, no uso de suas atribuições, decreta:

Art. 1º Fica instituído o cargo de Assessor Técnico, de natureza permanente, para atuar nas áreas de assessoramento técnico, planejamento e execução de programas, projetos e atividades administrativas.

Art. 2º O cargo de Assessor Técnico será exercido por pessoa física, brasileira, com o seguinte perfil:

- I - Ingressar no cargo mediante concurso público de provas e títulos;
- II - Possuir diploma de curso superior em qualquer das áreas de Engenharia, Arquitetura, Agronomia, Medicina, Odontologia, Direito, Ciências Exatas ou Sociais;
- III - Possuir experiência profissional de, no mínimo, dois (2) anos, em função compatível com a do cargo de Assessor Técnico;
- IV - Possuir conhecimento específico em informática, em nível de operador de sistema.

Art. 3º O cargo de Assessor Técnico será exercido em regime de tempo integral, sob a direção e supervisão do chefe de departamento ou de unidade equivalente.

Art. 4º O cargo de Assessor Técnico será exercido em regime de tempo integral, sob a direção e supervisão do chefe de departamento ou de unidade equivalente.

Art. 5º A regulamentação dos aspectos administrativos e financeiros do cargo de Assessor Técnico será de competência do Poder Executivo.

Art. 6º O cargo de Assessor Técnico será exercido em regime de tempo integral, sob a direção e supervisão do chefe de departamento ou de unidade equivalente.

Art. 7º O cargo de Assessor Técnico será exercido em regime de tempo integral, sob a direção e supervisão do chefe de departamento ou de unidade equivalente.

Art. 8º O cargo de Assessor Técnico será exercido em regime de tempo integral, sob a direção e supervisão do chefe de departamento ou de unidade equivalente.



PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BASSANO
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

29.12.06
Mural
Matarde
pt. J

Art. 5º. Para fins de regularização fundiária, o competente órgão do Poder Executivo notificará os proprietários da gleba ou lote parcelados, ou os responsáveis pelo parcelamento, para que apresentem, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias:

- I - título de propriedade do imóvel parcelado;
- II - certidão negativa de ação real ou reipersecutória referente ao imóvel, expedida pelo office do Registro de Imóveis;
- III - certidão relativa a ônus reais do imóvel;
- IV - planta do imóvel e respectiva descrição;
- V - planta do parcelamento executado, com indicação das vias de comunicação, locação e dimensões dos lotes;
- VI - memorial descritivo dos lotes, com indicação dos alienados ou compromissados e das áreas não comprometidas;
- VII - relatório circunstanciados das vendas ou promessas de compra e venda efetuadas, identificando os adquirentes ou atuais ocupantes e os terrenos edificadas.

§ 1º. De posse dos elementos especificados no *caput* deste artigo, o competente órgão municipal vistoriará a área parcelada, com vistas a confirmar as informações constantes dos documentos apresentados.

§ 2º. Verificado pelo órgão que o traçado, quando for o caso, não atende à necessidade de circulação, em face do reduzido gabarito das vias de comunicação implantadas ou previstas, proporá aos responsáveis pelo parcelamento e aos adquirentes dos lotes, quando possível, a alteração das dimensões dos terrenos de modo a possibilitar a correta implantação do sistema viário no futuro, modificando-se, para esse fim, a planta do loteamento e o memorial descritivo, bem como o contrato ou outro instrumento firmado entre as partes envolvidas.

§ 3º. Das alterações previstas no parágrafo anterior, não poderão resultar lotes com testada inferior a 9.00 m e área inferior a 270 m².

§ 4º. Havendo lotes não compromissados, serão assinalados na planta do parcelamento e no memorial descritivo, como áreas de uso institucional, a serem registradas em nome do Município, no percentual previsto na lei municipal de parcelamento do solo, compreendidas as áreas ocupadas com as vias de comunicação.

§ 5º. Elaborados a planta e memorial definitivos, serão aprovados pelo Município, com validade apenas para fins de regularização fundiária.

Art. 6º. Quando não forem localizados os proprietários da gleba ou lote parcelado ou os responsáveis pelo parcelamento, ou estes, notificados, não providenciarem, dentro do prazo que lhes for



PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BASSANO
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Protocolo nº 29.12.06
Assinado em 29/12/06
Assinado por Marcelo
Pl. Marcelo
Secretário de Administração

assinado, na documentação prevista no artigo 5º, a iniciativa da regularização poderá ser tomada pelos adquirentes dos lotes, através da comissão de representantes eleitos, cabendo-lhes providenciar na documentação necessária.

Parágrafo Único. Na inviabilidade, por qualquer razão, de os adquirentes desincumbirem-se da iniciativa e providências referidas neste artigo, caberá ao Poder Executivo adotar todas as medidas necessárias à instrução do expediente para regularização fundiária dos parcelamentos, sem prejuízo da responsabilidade civil e penal dos proprietários ou responsáveis por sua implantação irregular ou clandestina.

Art. 7º. O Poder Executivo somente promoverá a regularização fundiária nos casos de parcelamentos que configurem situações consolidadas, nos termos dos §§ 1º e 2º, do artigo 2º, do Provimento nº 28/04 - CGJ, cabendo ao Poder Executivo, após levantamento da situação dos parcelamentos, especificar as condições peculiares que devam atender para dita regularização.

Parágrafo Único. No caso de incumbir-se o Município dos atos conducentes à regularização, os respectivos custos deverão ser registrados para fins de posterior ressarcimento contra os responsáveis.

Art. 8º. Ficam isentas do pagamento do Imposto de Transmissão Inter Vivos - ITBI as transmissões de propriedade ou de direitos, a ela relativos, a título oneroso, por escritura pública ou adjudicação de imóveis integrantes de parcelamento cuja regularização fundiária seja eretivada nos termos desta Lei e do Provimento nº 28/04 - CGJ.

Art. 9º. A regularização urbanística dos parcelamentos irregulares ou clandestinos poderá ser promovida pelo Município, sempre às custas e por conta dos proprietários originais das globas parceladas ou dos parceladores, cabendo ao Poder Executivo propor as medidas cautelares para garantia da ação de ressarcimento.

Parágrafo Único. Quando, comprovadamente, os responsáveis pelo parcelamento não dispuserem de patrimônio para suportar a execução da obrigação de ressarcimento das despesas realizadas pelo Município, os custos dos programas de obras e serviços necessários à regularização urbanística serão recuperados, através da Contribuição de Melhoria cobrada dos beneficiados, nos termos e nas porcentagens estipuladas pelo Código Tributário do Município.

Art. 10. Na hipótese de não ser possível, na regularização fundiária e/ou urbanística de que trata esta Lei, atender a todas as condicionantes urbanísticas previstas na Lei Municipal nº 384/82, na Lei de Parcelamento do Solo Urbano - Lei Federal nº 6.766 - e demais leis pertinentes, em especial quanto às vias de circulação, áreas para equipamentos comunitários e urbanos e áreas de espaços livres de uso público, o Poder Executivo, mediante verificação no local, poderá reconhecer a situação como consolidada, incluindo nas futuras leis atinentes ao Plano Plurianual e de Diretrizes Orçamentárias, objetivos e metas para suprir as deficiências, alocando, quando possível e cabível, dotações específicas para esse fim nas leis orçamentárias anuais.

First paragraph of handwritten text, starting with a capital letter.

Second paragraph of handwritten text, continuing the narrative.

Third paragraph of handwritten text, showing a change in the subject.

Fourth paragraph of handwritten text, providing more detail.

Fifth paragraph of handwritten text, concluding a section.

Sixth paragraph of handwritten text, starting a new point.

Seventh paragraph of handwritten text, continuing the discussion.

Eighth paragraph of handwritten text, ending the main body of the letter.



PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BASSANO
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

29.12.06
Municipal
Nova Bassano

Art. 11. O Poder Executivo fará exaustivo levantamento dos parcelamentos irregulares e clandestinos existentes ou em formação, e notificará os responsáveis ou adquirentes nos termos do artigo 38 e seguintes da Lei Federal nº 6.766, de 20 de dezembro de 1979, adotando todas as medidas administrativas e judiciais cabíveis para sustar a venda de novos lotes e o início de construções, e promovendo a responsabilização por infração aos artigos 50 a 52 da Lei nº 6.766/79.

Art. 12. O Poder Executivo regulamentará a presente Lei no que couber.

Art. 13. Para atender as despesas decorrentes desta Lei, o Poder Executivo Municipal fica autorizado a abrir Crédito Especial até o valor de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), sob a seguinte classificação:

I- Órgão:	07	SECRETARIA DE OBRAS E VIAÇÃO
Unidade:	01	Unidades Subordinadas
Função:	15	Urbanismo
Subfunção	451	Infra-estrutura Urbana
Programa:	017	Planejamento Urbano e Regularização de Loteamentos
Projeto:	0154	Regularização de Parcelamentos do Solo Urbano
Elemento de despesa:	3.3.90.30.00.00.00	Material de Consumo.....R\$ 5.000,00
	3.3.90.39.00.00.0	Outros Serviços de Terceiros-P. Jurídica.....R\$10.000,00
	4.4.90.51.00.00.0	Obras e Instalações.....R\$15.000,00
Fonte de Recurso	01	Recurso Livre

Parágrafo Único. Servirá de recurso para a cobertura do Crédito Especial, autorizado no caput deste artigo, com a fonte de recurso livre, a redução da rubrica orçamentária abaixo, no valor de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais):

I- 0701	SECRETARIA DE OBRAS E VIAÇÃO
26.782.0016.1.129000	Pavimentação estradas em frente às extensões das comunidades
4.4.90.51.00.00.00	Obras e Instalações.....R\$ 30.000,00

Art. 14. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 1º de janeiro de 2007.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA BASSANO, RS, aos vinte e nove dias do mês de dezembro de dois mil e seis.

NELSON JOSE DALL'IGNA
Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se

21 Flávio José Dametto
Sec. Municipal da Administração

